ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

GEOGRAFIAS NEGRAS



REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

ANPEGE 30 ANOS

DOI: 10.5418/RA2023.V19I38.15586

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

O DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA DAS RACIALIDADES NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO DOS CONCEITOS E TEMAS CENTRAIS

The development of racial geography in Brazil: constitution of concepts and core themes

El desarrollo de la geografía de la racialidad em Brasil: constitución de los conceptos y temas centrales

ADIR FELLIPE SILVA SANTOS
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

JOSELI MARIA SILVA
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

DENILSON ARAUJO DE OLIVEIRA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo: Este artigo, tem como objetivo compreender o desenvolvimento temático e conceitual da produção científica de artigos na Geografia brasileira sobre racialidades e, para atingir o objetivo traçado foi realizado um levantamento de artigos científicos no Observatório da Geografia Brasileira, que possui atualmente 25.437 artigos catalogados. Com base em um conjunto de termos relacionados às racialidades, foram encontrados 452 artigos. Este volume de produção científica foi analisada, do ponto de vista temático e conceitual por meio da análise de redes sociais com o apoio do *software Gephi*. A pesquisa realizada demonstra uma afinidade conceitual, em torno do conceito de território e uma importância temática em torno das comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Produção científica; Geografia brasileira; Racialidades; Epistemologia.

Abstract: This paper aims to understand the theme and conceptual development of the scientific production of papers on racialities in the Brazilian geography. To achieve the objective proposed, a survey was carried out in scientific papers at the Brazilian Geography Observatory that currently has 25,464 catalogued aricles. In the search based on a set of terms related to racialities, 425 papers were found. This scientific production was analyzed from the theme and conceptual standpoint through the analysis of social networks aided by the *software Gephi*. The study carried out revealed certain conceptual affinity around the concept of territory and theme relevance towards indigenous and '*quilombolas*' communities as well as other traditional communities.

Keywords: Scientific Production; Brazilian Geography; Racialities; Epistemology.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender el desarrollo temático y conceptual de la producción científica de artículos que aborden el tema de la racialidad en la Geografía brasileña. Para conseguir este objetivo, fue realizado un levantamiento de artículos científicos del Observatorio de Geografía Brasileña, el cual posee actualmente 25.437 artículos catalogados. Con base en un conjunto de términos relacionados a la racialidad y/o racialidades, fueron encontrados 452 artículos. Este volumen de producción científica fue analizado desde el punto de vista temático y conceptual por medio de un análisis de redes sociales y con el apoyo del software Gephi. La investigación realizada demuestra una afinidad conceptual en torno al concepto de territorio y una importancia temática en torno a las comunidades indígenas, quilombolas y comunidades tradicionales.

Palabras clave: Producción científica; Geografía brasileña; Racialidades; Epistemología.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como fio condutor, a compreensão do desenvolvimento temático e conceitual da produção científica de artigos na Geografia brasileira sobre racialidades. O campo científico, que é marcado por relações de poder, privilegia e hierarquiza temas, produzindo ausências e silêncios como apontado por Silva (2009a).

A sociedade que foi racializada, tem como padrão moderno o homem, branco, heterossexual e cristão, negando o que está fora desse padrão imposto pelo colonialismo e que perpetua até hoje pela colonialidade. O colonialismo e a colonialidade são conceitos trabalhados por diversos autores, sendo que, para Lander (2005), o sistema colonial não foi somente uma dominação dos lugares e pessoas, mas também de sua cultura, linguagem e saberes, estabelecendo a Europa como centro, tanto dos saberes, como econômica. Deste modo, a perpetuação do sistema de dominação, após o período colonial, ocorreu pela colonialidade, que para o próprio autor, sendo a subordinação dos territórios, colocando a Europa como o único ser histórico, tendo como o padrão moderno a ser alcançado pelas outras sociedades, estabelecendo uma colonialidade do ser, do saber e do poder, segundo Quijano (2005).

Com o colonialismo e depois com a colonialidade, se impõem um discurso de que as sociedades necessitavam se tornarem modernas, seguindo como base a Europa como Moderna. Para Quijano (2004), a modernidade impôs um discurso de superioridade europeia, como centro, criadores e protagonistas, estabelecendo relações de poder que marcam a dominação e exploração dos povos e sociedades. Essa modernidade que é imposta para a sociedade, provoca invisibilidades, rejeições de culturas, objetos, linguagens, sendo uma dominação social e econômica, e que estrutura o conhecimento científico. A Ciência não é homogênea em sua trajetória de desenvolvimento, apresentando movimentos específicos dentro do campo científico, privilegiando temas e silenciando outros. Portanto, conhecer as modificações do campo é fundamental para sustentar a comunidade acadêmica, observando o que vem sendo produzido e o que vem sendo silenciado.

A partir de um projeto mais amplo, que vem sendo desenvolvido no Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o Observatório da Geografia Brasileira (OGB), foi realizada uma análise sobre as racialidades. O OGB congrega um acervo de artigos de 98 periódicos nacionais com avaliação na área da Geografia pelo sistema Qualis-Capes, quadriênio 2013-2016. Essa base, possui atualmente 25.437 artigos catalogados. A partir de uma busca realizada nas palavras-chave e no título dos artigos que compõem o Observatório, visto que, tanto o título como as palavras-chave correspondem a à intencionalidade da pesquisa, essa investigação levou em consideração os termos raça, racialidade, racismo, negros, negritude, quilombo, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, etnia, etnicidade, étnico-racial, 10.6039[1] e movimento negro, tendo como retorno 452 artigos que contém um ou mais destes termos.

Os 452 artigos tomados por base, foram analisados por meio da análise de redes sociais com o apoio do *software Gephi*, para a exploração topológica das redes de palavras-chave. Essa análise consiste em revelar as centralidades e as relações entre as palavras-chave, indicando as ligações e os sentidos produzidos por essas ligações.

1 Este número se refere à lei que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas nos níveis fundamental e médio.

Para esta investigação, primeiramente foi separado, as palavras-chave dos 452 artigos sobre racialidades, selecionadas por meio da busca no Observatório da Geografia Brasileira. Após esse procedimento, esse conjunto foi refinado e padronizado, realizando uma junção de termos com a mesma raiz semântica, por meio do programa *OpenRefine*[2], com esse refinamento se percebeu algumas discrepâncias no preenchimento das palavras-chave, em que 02 artigos não estavam presentes nenhuma indicação de palavras-chave, e em outro constavam 19 palavras-chave. Como último passo foi elaborada a rede semântica pelo *software Gephi*[3].

Este artigo está composto por duas seções. Na primeira seção foi explorada a dinâmica de crescimento da produção de artigos científicos no campo das racialidades, bem como, a classificação das revistas nos estratos *Qualis*-Capes que foram utilizadas para sua respectiva veiculação. Na segunda, foram identificados os conceitos utilizados nesse campo, bem como suas relações entre si, evidenciando as tendências temáticas desse campo de saber.

Produção científica da Geografia brasileira e a abordagem racial

O campo científico é marcado por relações de poder, está estruturado a partir da modernidade europeia, no qual ordena temas, conceitos e sujeitos, como salienta Silva (2009a). Essa composição, além de anular o saber plural, desconsidera alguns sujeitos que não fazem parte do padrão hegemônico, em que o homem, branco, cristão e heterossexual, considerado o padrão moderno, sendo o produtor do conhecimento, bem como, a Europa constituindo o centro desse padrão científico, em que promoveu "uma forma particular de concepção do mundo que se tornou universal e hegemônica, anulando a emergência de saberes plurais e de sujeitos que não se enquadraram no protagonismo do conhecimento eurocentrado e masculino" (Silva, 2009a, p. 56).

Os tensionamentos do campo científico, o qual privilegia temas considerados hegemônicos, estão pautados naquilo que alguns autores vêm debatendo sobre a colonialidade e suas consequências na sociedade, como destacado por autores como Mignolo (2004), Quijano (2005) e Lander (2005). Para Mignolo (2004), a colonialidade considerada como o lado obscuro da modernidade, foi colocada como inexistente, ao qual foi substituída pela modernidade. Nas palavras do autor

> a colonialidade permaneceu invisível sob a ideia de que o 'colonialismo' seria um passo necessário em direção à modernidade e à civilização; e continua a ser invisível hoje, sobe a ideia de que o colonialismo acabou e de que a modernidade é tudo o que existe. [...]a colonialidade era o espaço sem voz (sem ciência, sem pensamento, sem filosofia) que a modernidade tinha, e ainda tem, de conquistar, de superar, de dominar (Mignolo, 2004, p. 676).

2 Disponível em: <http://openrefine.org>.

3 Disponível em: <https://gephi.org/>.

Morin (1996), ao discutir sobre Ciência, argumenta sobre as relações de poder existentes, que organiza o meio científico e faz com que sejam priorizados determinados temas, no qual a epistemologia hegemônica e moderna considera como a única possível. Além disso, o autor critica os ideais da Ciência Moderna de neutralidade, sendo que ela é "submergida, inibida, embebida, bloqueada e abafada por efeito de manipulações, de prática, de poder, por interesses sociais etc" (Morin, 1996, p. 57), derrubando a ideia da sua neutralidade, e também a do pesquisador. Isso só demonstra o que Quijano (2005) aborda sobre colonialidade do poder e como a Ciência também é orientada em privilegiar o conhecimento europeu. Nesse ponto, Lander (2005), relata que o conhecimento produzido fora da Europa é ignorado, além de desconsiderar a forma de viver, e que "As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas" (Lander, 2005, p. 13).

Tendo o padrão moderno como homem/branco, faz com que a produção científica, Silva (*apud* Silva, 2009a) elaborada fora desse eixo não seja considerada, criando hierarquizações no campo científico. Silva (2009a), explica que a epistemologia da Geografia brasileira, com fortes raízes no caráter eurocentrado, é o elemento que inviabiliza os estudos que abordam mulheres, não brancos e LGBTQIA+. A Ciência Moderna que privilegiou um olhar branco, eurocentrado, pouco se preocupou em construir visibilidade de grupos sem os privilégios epistêmicos da racionalidade moderna, pois o seu interesse estava na

> busca de construir uma teoria científica que explicasse os determinantes que justificam uma classificação entre as raças humanas em termos de aportes biológicos e sociais. Esta pseudociência, hoje conhecida como raciologia, buscou na verdade, construir um conteúdo doutrinário que legitimasse sistemas político-econômico e sócio-culturais hierarquizadores entre povos e mantedor de um estado de coisas existentes, garantindo privilégios de todas as ordens para aqueles povos de biologia e essência humana mais apurada, entenda-se, brancos (Sousa, 2011, p. 26).

A racialização da humanidade pautada na biologia, fez com que o conhecimento científico fosse organizado na diferenciação e na inferioridade biológica, algo que já a muito tempo foi superada cientificamente, mas que ainda se tem resquícios da inferioridade e manutenção do processo colonial de dominação social, econômica, cultural e científica, sendo utilizada para a organização das estruturas da sociedade (Nascimento, 1981).

Mbembe (2018), afirma que a ideia de raça foi e é reduzida a questões relacionadas a cor, o que Nascimento (1981) alerta, que a racialização é muito mais que características fenotípicas, envolvendo modos de vida, religião e cultura. Mbembe (2018, p. 27) acrescenta que "a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes". Pensando nos terrores psicológicos que afetam as populações, Fanon (2008) argumenta que a racialização atua no sentimento de inferioridade de sujeitos considerados inferiores, gerando sentimento de culpa.

A racialidade é entendida como um sistema que gera classificações, hierarquização e a produção de inferioridades na sociedade, sendo essa construção, como Moore (2007, p. 281) argumenta, que o racismo e o sexismo, são construções históricas e não ideológicas, sendo o racismo "um fenômeno fundamentalmente antinegro (...) são fenômenos atemporais, universais e transversais". O processo de racialização da humanidade em superiores e inferiores, remete a benefícios a determinados grupos racialmente considerados como superiores, e a produção de ódio para grupos considerados como inferiores (Moore, 2007).

Pensando as questões raciais com a Geografia, Santos (2015) aponta a relação entre espaço e os estudos de racialidade, sendo um campo de investigação das leituras espaciais. Para o autor, "raça deixa de ser um princípio de classificação biológica para ser um princípio Baseado em 'identidades geoculturais', identidades baseadas em referenciais espaciais" (Santos, 2010, p. 145).

O campo científico da Geografia está organizado por essas relações de poder, indo além das relações de classe (Santos, 2010). Essa organização também é criticada pelos estudos decoloniais, que partem da ideia do racismo epistêmico, capaz de produzir invisibilidades e dominações no campo científico, como argumenta Oliveira (2018).

Assim, a Ciência que é marcada por hierarquias e privilégios de certos temas, o que faz com que os meios de divulgação científica sejam organizados pelas mesmas estruturas de poder. As revistas científicas em formato digital, são atualmente os meios de divulgação de pesquisa mais utilizados e atingem o maior número de pessoas, por isso são um importante meio para investigações para entender como o saber geográfico brasileiro vem sendo construído.

Pensando nisso, o 'Observatório da Geografia Brasileira', mantido pelo Grupo de Estudos Territoriais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, conta com um banco de artigos de 98 periódicos nacionais, com avaliação da Geografia, contendo um total de 25.437 artigos, distribuídos nessas revistas, abrangendo o ano de 1939 a 2019[4].

Com esse universo de produção de mais de 25.000 artigos, se consegue ter um panorama das pesquisas desenvolvidas no Brasil. Pensando em delimitar o campo das racialidades na Geografia, foi realizada uma busca com um conjunto de termos relacionados às racialidades, no qual, acredita que são constituídas nas relações sociais permeadas pelo poder e que vão além de 'raça' e 'racialidade'. Esse conjunto de palavras são: 'raça, racialidade, racismo, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e 10.639'.

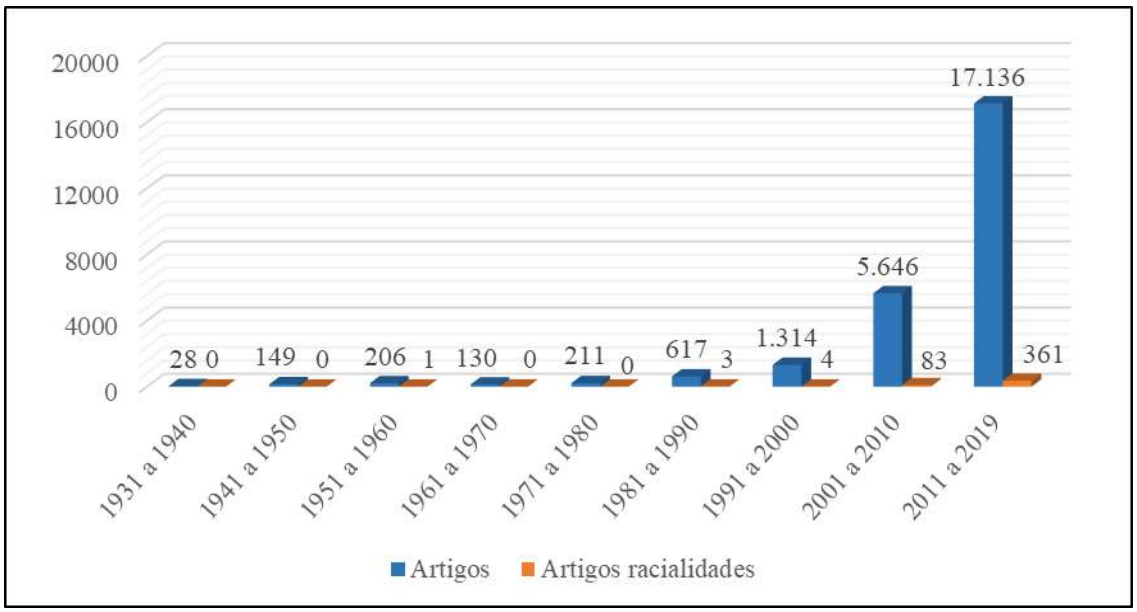
A busca por meio desses termos se deu nas palavras-chave e no título das publicações. Teve como retorno, um total de 452 artigos, ou seja, somente 1,8% das produções que tem relação com as racialidades, se for considerar a população brasileira, que é mais de 50% negra, somando a população preta e parda, segundo o censo do IBGE de 2010, mostra que a Geografia nacional pouco tem se preocupado com a temática em

4 O ano de 2019 está em processo de inclusão, o último ano fechado é 2018.

questão, demonstrando as ausências e silêncios que estão presentes no discurso científico brasileiro (Silva, 2009a).

Essa produção, mesmo pequena, apresenta um maior número de publicações mais frequente após os anos 2000, acompanhando o aumento do total de publicações, demonstrados no gráfico, na Figura 1. O gráfico apresenta tanto o total de artigos, divididos por décadas desde o ano de 1931 a 2019, como também os artigos sobre as racialidades, tomados pela análise a partir da busca pelos termos.

Figura 1 – Artigos sobre racialidades e total de artigos

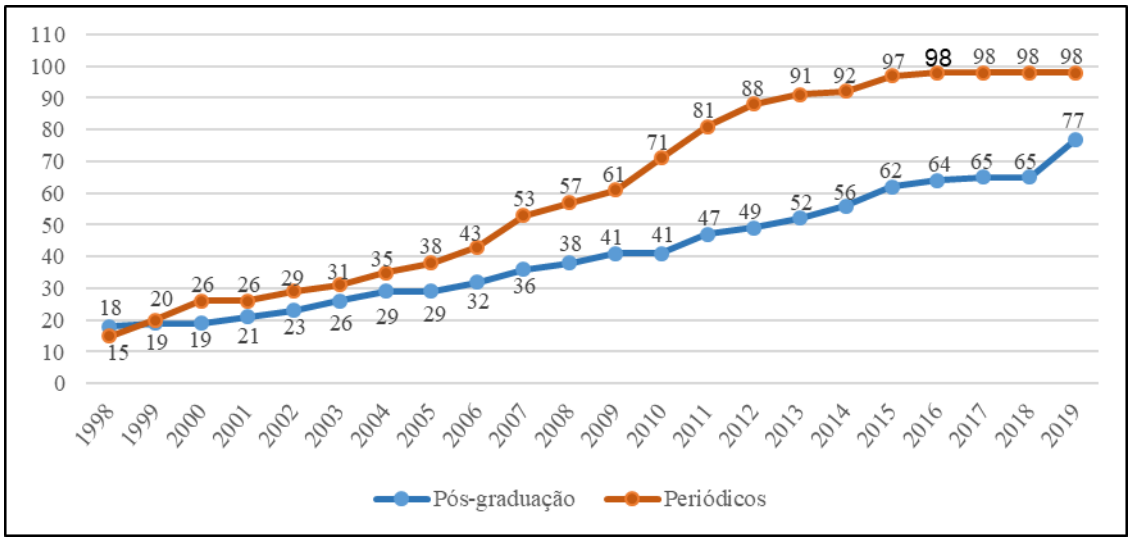


Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

É perceptível, que a produção sobre as racialidades acompanha o crescimento da produção científica, mas em relação à quantidade é notório a diferença. O aumento que ocorre nas publicações, tem alguns fatores específicos e, um deles está relacionado ao crescimento do número de Programas de Pós-Graduação no Brasil, nos anos 2000, o que consequentemente elevou a criação de novos periódicos, que estão vinculados com tais cursos, como apontado por Pinto (2017). Havendo maior número de Programas de Pós-Graduação, há mais pessoas sendo formadas e, consequentemente, mais produções sendo publicadas. A Figura 2, demonstra tanto a evolução no número de Programas de Pós-Graduação no Brasil após 1998, como também, a criação de periódicos com avaliação na área de Geografia.

É evidente, que o aumento no número, tanto de Programas de Pós-Graduação, como de novos periódicos, coincide com a elevação das publicações de artigos. Isto é, com mais veículos para divulgação científica e com aumento de novos cursos de mestrado e doutorado, há mais pessoas produzindo, o que faz o aumento de produção científica, como demonstrado na Figura 1.

Figura 2 – Aumento do número de Pós-graduação em Geografia[5] e aumento de periódicos por ano (1998-2019)



Fonte: GEOCAPES e Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

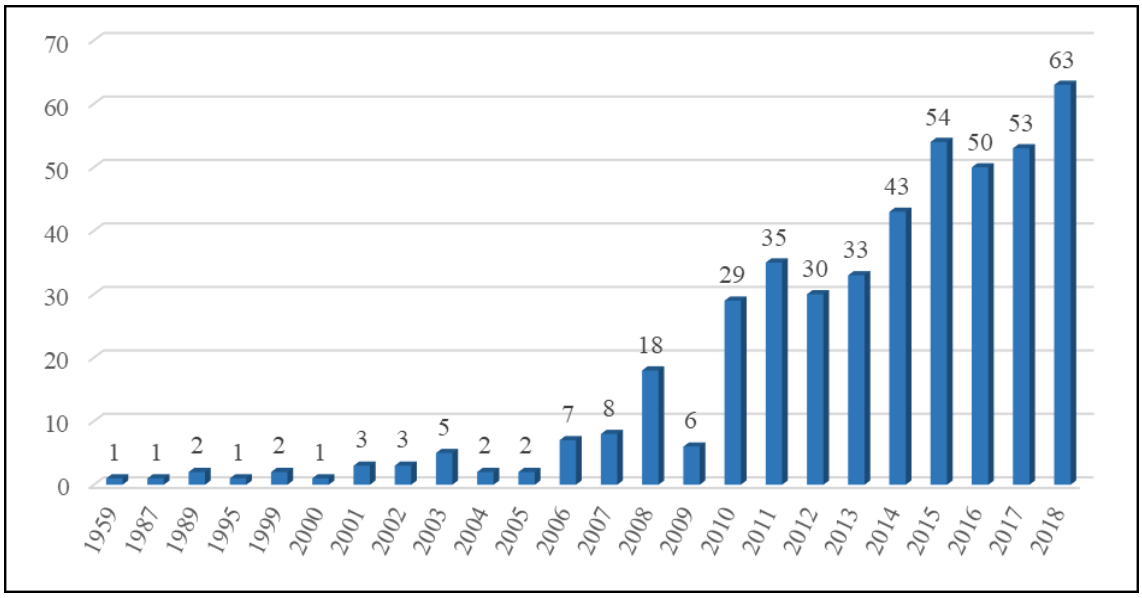
Levando em consideração, os artigos relacionados às racialidades, o aumento começa após os anos 2000, sendo mais significativo, após o ano de 2010. Esse aumento, coincide com as discussões e com os compromissos firmados no ano de 2001, em que ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia Intolerância Correlata em Durban na África do Sul, ao qual, foram debatidas formas e ações com que governos agissem de forma a eliminar as desigualdades. O Brasil, como membro da Conferência e das Nações Unidas, assinou a Declaração e o Programa de Ações que foi gerada durante o evento.

Assim, o Governo Federal assumiu o compromisso de eliminar as diferenças sociais e econômicas presentes no país, reconhecendo o mito da democracia racial, ao qual era defendido por muito tempo. Além disso, o governo brasileiro, tinha a missão de propor políticas públicas para o acesso de pessoas excluídas, tanto nos sistemas educacionais, como de trabalho, resultando na criação de ações afirmativas de acesso as universidades (Malachias, 2006).

Levando em consideração esse cenário, é perceptível o aumento nas publicações de artigos relacionados as questões raciais na década de 2001, principalmente após o ano de 2010. Para exemplificar, a Figura 3, apresenta a evolução, por ano, das publicações sobre racialidades nos periódicos nacionais.

5 Dados coletados em Dados GEOCAPES. Disponível em: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/.

Figura 3 – Publicações sobre racialidades por ano (1959-2018)



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

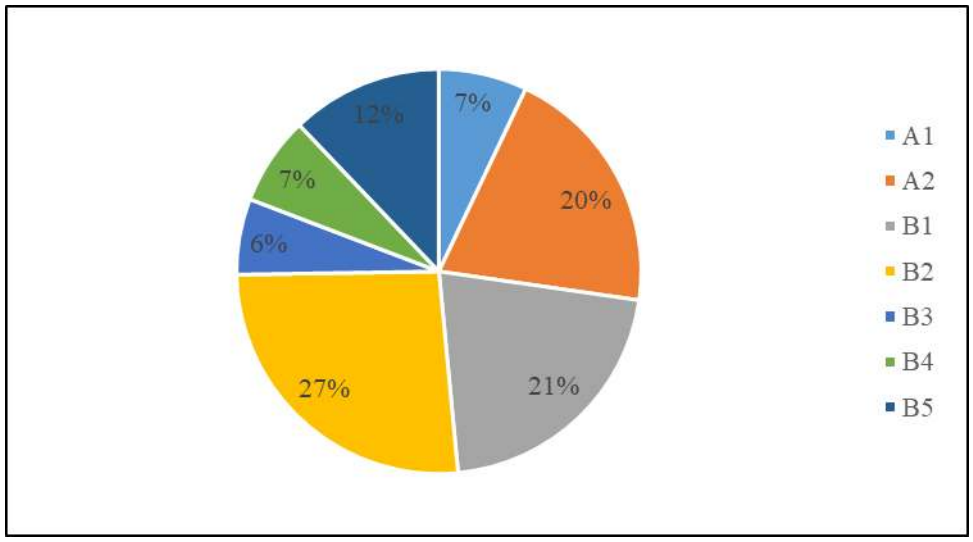
Fazendo uma observação no gráfico por ano de publicação, é notório que o aumento mais significativo ocorre no ano de 2010 em diante, o que representa 86,3% do total de artigos sobre racialidade em todo o período. O que vale destacar que, as publicações antes de 2001, marcam um ponto importante no debate, o qual está relacionado com a Conferência de Durban, tem somente 08 artigos, sendo somente 1,8% das publicações.

As revistas também concentram o saber e agem por relações de poder dentro do campo científico, a lógica organizacional dos periódicos levam em conta a organização por meio da CAPES, o qual estabelece critérios, e avalia essas revistas. No todo, os periódicos são classificados em estratos, sendo divididos em A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C[6], sendo o A1 o mais qualificado e o C sem qualificação. Essa classificação tem como base o Quadriênio 2013-2016, que são avaliadas pela Geografia e mantidas por instituições geográficas, sejam acadêmicas ou governamentais.

Os periódicos *online* têm papel fundamental no acesso e divulgação de conhecimento, também se tem um aumento de fontes de conhecimento, sem dúvida, tensiona os lugares de enunciação de ideias e, faz com que aflorem as pluralidades de perspectivas de saberes, entretanto, estabelecem geopolíticas de conhecimento cada vez mais complexas e multiescalares, conforme evidenciado em Silva, Ornat e Chimin Junior (2017). Essa organização, faz com que temas considerados como não hegemônicos pela Ciência Moderna, sejam negligenciados, entre eles as racialidades. As revistas com qualificações mais altas, concentram menos publicações sobre a temática, a Figura 4 demonstra o volume de publicações organizada por extrato de qualificação.

6 O Observatório da Geografia Brasileira tem em sua composição 98 revistas classificadas nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5.

Figura 4 – Artigos divididos por estratos de qualificação Qualis-Capes (2013-2016)



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

Os artigos sobre racialidades estão concentrados nos estrados B2, B1 e A2, sendo 119, 95 e 91 artigos em cada um respectivamente. Segundo os documentos disponibilizados para avaliação dos Programas de Pós-Graduação, como também os documentos para avaliar propostas de novos cursos, sendo o documento Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN)[7] de 2019 e, o Documento de Área da Geografia[8], também de 2019, é considerado uma produção qualificada as publicações referentes aos estratos B1 e acima, ou seja, os estratos de qualificação do A1, A2 e B1. Ao tomar por base esse conjunto de produção qualificada, temos um total de 216 artigos, sendo 48% das publicações, isto é, quase metade das publicações referentes as racialidades estão nos estratos mais qualificados.

Os artigos referentes aos estratos menos qualificados, sendo o B2, B3, B4 e B5, tem um total de 236 artigos, sendo 52% das publicações, sendo um pouco mais da metade das publicações consideradas como menos qualificadas.

Ao se pensar somente nos artigos publicados nos Qualis A (A1 e A2), ao qual recebem mais valorização em termos de pontuação, tem um total de 27%, sendo somente, um pouco a mais do que o estrato B2, por exemplo, que são 26% das publicações. Em números absolutos, o estrato mais qualificado, o A1, representa um total de 30 artigos e o estrato menos qualificado, ou seja, o B5, tem um total de 56 publicações, o que é quase 2 vezes a mais do que o estrato A1.

Isto tudo demonstra, que as hierarquias que são produzidas no campo científico, fazem com que ocorra a valorização dos padrões hegemônicos, e ocasionando um totalitarismo epistêmico, segundo Mignolo (2004). A Geografia hegemônica é marcada por privilégios de sexo e raça, conforme Silva (2009b), também produz barreiras a mulheres

7 Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/APCN_GEOGRAFIA.pdf>.

8 Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/geografia-pdf>.

e não brancos, até mesmo, de produzir Ciência. Mas, é a partir do embate das relações de poder que busca a eliminação das ausências e silêncios produzidos pela epistemologia hegemônica e que "As ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos" (SILVA, 2009b, p. 25). A organização da Geografia por meio dos periódicos, está estabelecida por relações de poder e de hierarquização, ao qual fica evidente nas publicações estarem concentradas em estratos intermediários, como também a temática das racialidades ter um número de publicação de somente 1,8%, sendo recente no debate nacional, quando consideradas as revistas científicas de Geografia.

As centralidades temáticas e conceituais da abordagem das racialidades no Brasil

Entender a estruturação do campo científico perpassa por conhecer o que o campo está produzindo dentro de suas temáticas e conceitos. Segundo Silva *et al* (2018), as produções em torno das racialidades teve um aumento após os anos 2000 e tem uma diversidade em sua abordagem, como:

> tensionamentos em torno da produção da cidade e o enriquecimento das abordagens por meio de elementos da cultura negra como festas, ritmos musicais e práticas religiosas. Outro importante eixo de análise da relação entre espaço e racialidades foi a abordagem das populações tradicionais, incorporando com mais intensidade os grupos indígenas, além dos negros. Os estudos exploram as tensões em torno dos elementos de sobrevivência e sua dependência com os elementos da natureza, como o acesso e manutenção da terra, modos de produção e manifestações culturais. (…) Os anos da primeira década do século XXI foram produtivos no desenvolvimento dos estudos de racialidades que acompanhavam um crescimento simultâneo dos movimentos sociais em busca de construir políticas afirmativas para promoção da igualdade racial no Brasil. Além de pesquisas que denunciaram a situação de exclusão espacial e de lutas de negros e indígenas por conquistas sociais, houve ainda estudos que analisaram as políticas implantadas pelo governo brasileiro para diminuição de desigualdades e do preconceito racial (Silva *et al*, 2018, p. 78).

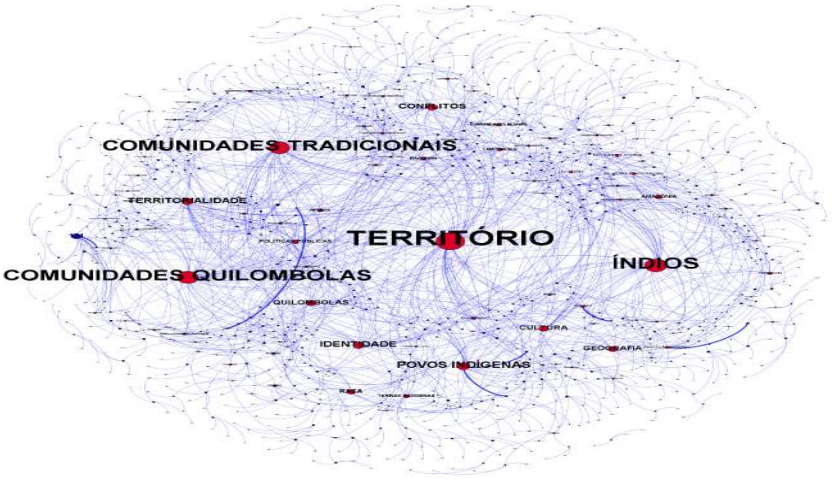
Buscando compreender como o campo das racialidades na Geografia está estruturado, foi utilizado as redes semânticas, utilizando o programa *Gephi*. Silva e Silva (2016, p. 140), argumentam que "O *Gephi* é um programa de análise de rede com aplicações em diversas áreas (...) A análise de rede toma a realidade a partir de suas relações, e a partir delas podemos calcular centralidades, densidades, estruturação em comunidades, etc.". Os autores ainda refletem que ao considerar as relações entre as palavras, a rede "poderá revelar as tendências de sentidos produzidas em um conjunto discursivo" (Silva; Silva, 2016, p 140).

As palavras-chave dos artigos, são um importante indicador dos temas e de conceitos presentes nos estudos. Entendo, que elas indicam dentro de um campo científico

similaridade dos termos empregados, ou seja, ao utilizar determinada palavra-chave indica a adoção conceitual empregada dentro da epistemologia da Geografia. Isso tudo, demonstra que a sua organização reflete na intenção do(a) autor(a) e em dar visibilidade aos conceitos e temas abordados dentro do campo de estudo.

A rede inicial obtida, é o resultado da articulação dos artigos considerados com as palavras-chave, representados na Figura 5, sendo uma rede bimodal. Os "nós" da rede, os quais são representados pelos círculos azuis (452 artigos) e vermelhos (800 palavras-chave) foram dimensionados de acordo com centralidade de grau ponderado (número de ligações considerando o peso da aresta) e distribuídos pelo algoritmo *Fruchterman-Reingold*[9]. Na rede bimodal há 1.783 arestas, que são as linhas de ligação entre os nós.

Figura 5 – Grafo de rede bimodal dos artigos e palavras-chave



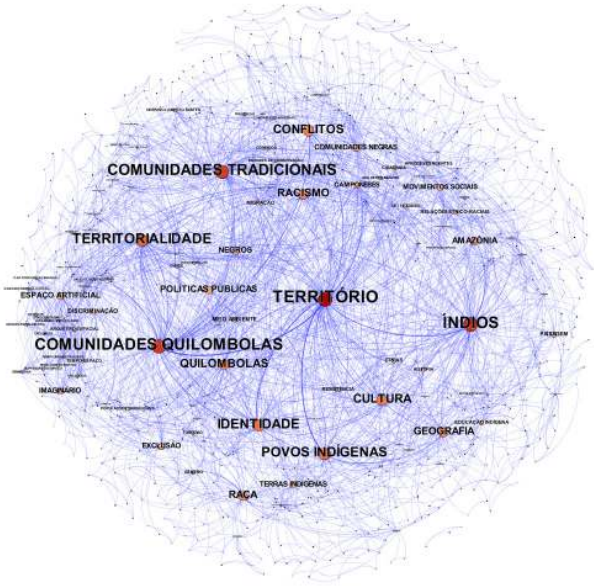
Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

É perceptível, que a rede é dispersa, com grande volume de diferentes palavras-chave, ou seja, o campo científico das racialidades ao mesmo tempo que tem uma diversidade temática, não há uma unidade em relação a produção e a adoção de termos que caracterizem a área. Essa definição de diferentes palavras-chave, com o mesmo significado afeta ao analisar as relações existentes e a centralidade de discussão no campo das racialidades.

Assim sendo, ao pensarmos nas relações entre as palavras-chave, essa rede bimodal foi submetida a um algoritmo de projeção multimodal que a torna unimodal, somente um tipo de nó (palavras-chave_palavras-chave). A transformação para uma rede unimodal, estabelece meta relações entre as palavras-chave, suprimindo o nó referente ao artigo e estabelecendo as conexões existente entre elas, possibilitando a análise das conexões. O grafo da rede unimodal de palavras-chave ligadas por artigo, representado na Figura 6, é composta por 800 nós (palavras-chave) e estão conectadas por 2.654 arestas.

9 O layout *Fruchterman-Reingold* distribui os nós em espaço circular/esférica, alocando os hubs do centro para a periferia e minimizando a interposição de arestas (FRUCHTERMAN *et al*, 1991).

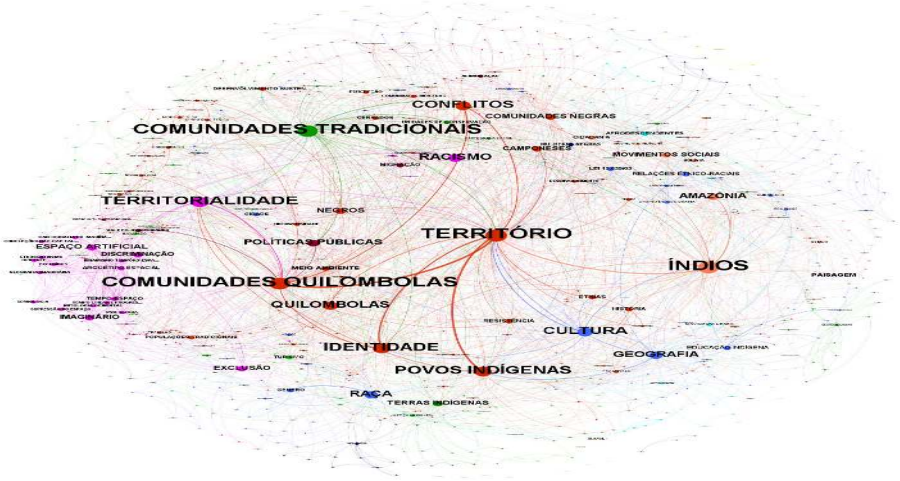
Figura 6 – Grafo de rede unimodal de palavras-chave



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

A rede unimodal foi organizada por grau ponderado. As diferentes intensidades do vermelho, evidenciam as hierarquias. Já a Figura 7, a seguir, em diferentes cores evidencia a rede modal organizada por modularidade 1.0[10], formando as comunidades (cores diferentes) mais importantes de palavras-chave.

Figura 7 – Grafo de rede unimodal de palavras-chave formando comunidades

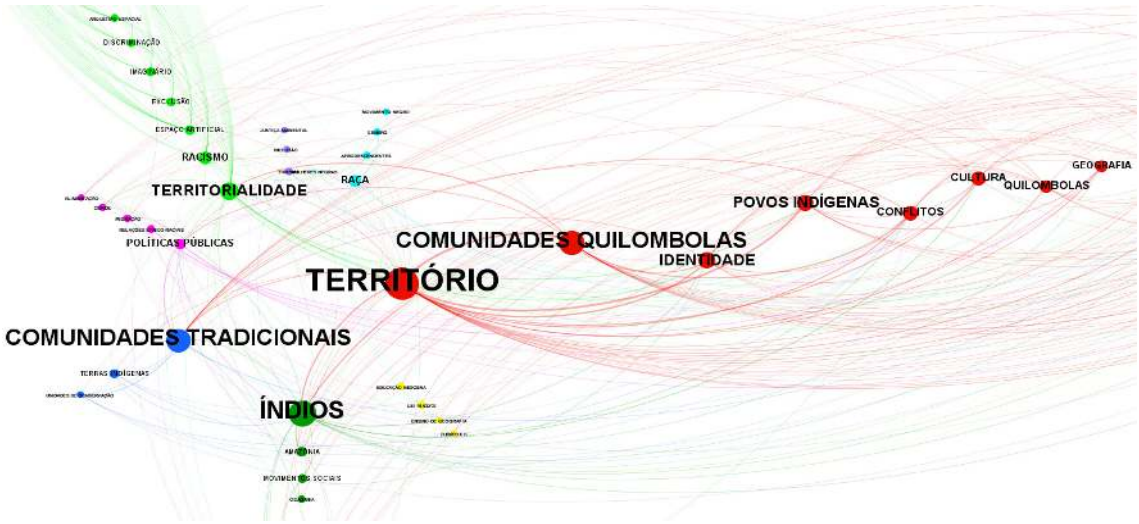


Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

10 "Uma das formas de identificar os agrupamentos com maior coesão interna, é a detecção de comunidades dentro das redes. Trata-se de tipos de clusters, compostos por aglomerados de atores mais próximos dentro de uma rede mais ampla. As comunidades são identificadas pelo algoritmo de modularidade, que leva em consideração a proximidade entre os nós (número de passos entre eles) e a intensidade de suas relações (o peso das arestas, medido em função do(s) recurso(s) transacionado nos fluxos da rede)" (CAMARGO, 2020. p.48). Para aprofundar, ver também Blondel et al, 2008).

Como pode ser observada na Figura 7, temos a predominância de algumas palavras-chave, formando comunidades. Fica evidente que os termos 'território', 'comunidades quilombolas', 'comunidades tradicionais' e 'índios', os quais formam os principais polos, sendo as mais utilizadas nos artigos. Uma melhor organização visual da formação de comunidade pode ser feita na Figura 8. Nesta figura é possível evidenciar os agrupamentos de palavras-chave que se relacionam com maior intensidade entre si.

Figura 8 – Grafo de rede unimodal de palavras-chave organizada por comunidades com modularidade 1.5



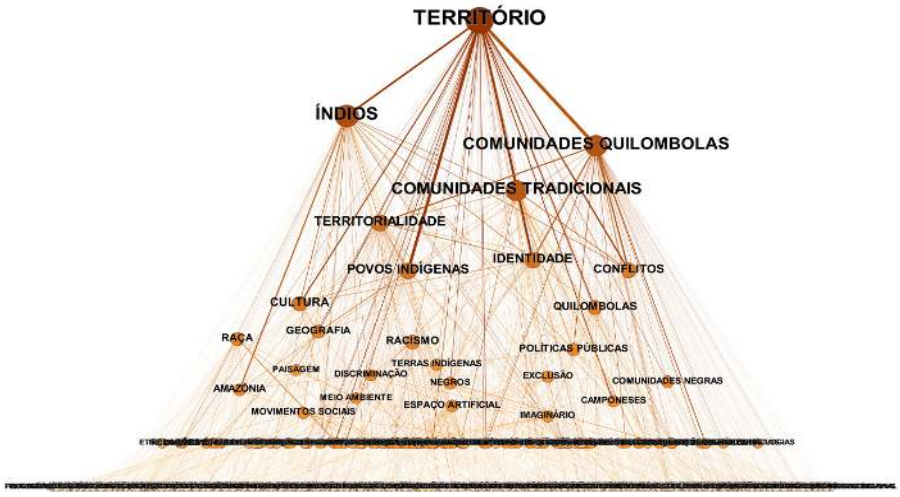
Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

A maior comunidade é encabeçada pelo território, trazendo comunidades quilombolas, povos indígenas, identidade e conflitos. Esta comunidade evidencia que na Geografia brasileira o espaço é disputado por quilombolas e indígenas para manutenção de sua identidade. A segunda maior comunidade é encabeçada pela 'territorialidade', a qual se relaciona com mais intensidade com racismo, evidenciando as manifestações de apropriação espacial na luta contra o racismo e a exclusão. A terceira comunidade é encabeçada por 'índios', evidenciando que há um eixo de produção científica que explora a região amazônica e os movimentos sociais indígenas. Nessa análise de comunidades fica evidente que o conceito de 'raça' não é expressivo, formando uma pequena comunidade.

Para ter uma melhor exploração da rede unimodal, foi realizado um recorte topológico que permite identificar as suas hierarquias.

A análise topológica da rede unimodal de palavras-chave identifica as mais importantes por métricas de centralidade de grau e as conexões mais significativas identificadas por peso das arestas. O grafo de rede topológico, representado na Figura 9, demonstra as palavras-chave que são mais utilizadas nos 452 artigos analisados, bem como as suas relações.

Figura 9 – Grafo das palavras-chave com maior centralidade de intermediação



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

É perceptível que a palavra-chave mais utilizada é o 'território', sendo para além de um termo, as palavras-chave possuem diversas concepções, desde conceito, tema, método, que indicam o conteúdo presente no artigo. Além do território, como principal, a Tabela 1, indica as 10 principais palavras-chave e a centralidade de grau do nó, ou seja, o número de vezes que o nó se conecta a outros nós através dos artigos.

Tabela 1 – Ranking de palavras-chave por centralidade

Palavra-chave	Grau
Território	131
Índios	130
Comunidades Tradicionais	118
Comunidades Quilombolas	105
Territorialidade	78
Identidade	64
Povos indígenas	63
Cultura	61
Conflitos	57
Quilombolas	57

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

O campo das racialidades tendo uma diversidade de abordagens, como já argumentado, também centraliza as suas discussões envolvendo principalmente o espaço agrário. Como pode ser observado, das principais palavras-chave, o território é o conceito central utilizado nas abordagens, seguido por 'índios', comunidades tradicionais' e 'comunidades quilombolas'.

Para entender melhor a temática abordada nos artigos, é necessária uma análise das relações entre as palavras-chave, as quais indicam as vezes em que duas palavras compartilham o fato de serem palavra-chave em um mesmo artigo. O território sendo a principal, estabelece algumas relações com maior peso, fica evidente pela espessura das arestas, essa relação está presente, principalmente, pelas seguintes palavras-chave: 'comunidades quilombolas', 'povos indígenas', 'índios' e 'identidade'.

Assim, fica mais evidente que as principais temáticas abordadas pelos 452 artigos, envolvem principalmente as comunidades indígenas e quilombolas em relação ao território. Também, como aponta a Tabela 2, as relações dessas comunidades com o a palavra-chave conflito, indicam, mais uma vez, que a abordagem dominante nas racialidades envolvem as questões agrárias envolvendo os conflitos por território.

Tabela 2 – Ranking de maior relação entre palavras-chave

Palavra-chave	Palavra-chave	Peso
Território	Comunidades quilombolas	15
Povos indígenas	Território	13
Identidade	Território	10
Índios	Território	9
Conflitos	Território	7
Conflitos	Comunidades quilombolas	7
Amazônia	Índios	6
Cultura	Território	6
Identidade	Comunidades quilombolas	6
Territorialidade	Comunidades quilombolas	6

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização própria.

Pensando em questões conceituais, os artigos sobre racialidade trabalham, quase que exclusivamente com o conceito de território, sendo a palavra-chave presente em um maior número de artigos. Podemos observar também que um conceito bem representativo é o de territorialidade, no qual deriva do conceito de território. Outros dois conceitos, que são o de identidade e cultura, também figuram, como um dos principais conceitos desenvolvidos nos artigos, tendo uma participação mais discreta em comparação com o de território. E como periférico, o conceito de paisagem também está presente nas discussões, ocupando uma posição intermediária na rede topológica.

Em relação às temáticas mais abordadas, como já mencionado, estão envolvidas com as questões agrárias, tanto as comunidades quilombolas, indígenas e também, comunidades tradicionais, nas quais, podem configurar outras especificidades, como por exemplo, as comunidades faxinalenses do Paraná. Embora, as discussões estejam mais centradas nos povos do campo, o grafo de rede topológico, da Figura 9, mostra que estão presentes nas discussões, abordagens entorno de raça, racismo, movimentos sociais,

políticas públicas, dentre outras, ocupando uma discussão mais intermediária em relação as populações tradicionais. É possível afirmar, que o campo das racialidades tem como conceito geográfico principal e hegemônico, o território, além de ser a principal palavra-chave presente nos artigos. Também pode ser observado que as abordagens temáticas preservam as discussões em torno do espaço agrário, envolvendo principalmente comunidades indígenas e quilombolas, fazendo relação com o debate que envolve os conflitos e com o conceito de território, como sendo as principais abordagens do campo científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe a compreensão da forma como ocorreu o desenvolvimento temático e conceitual da produção científica de artigos na Geografia brasileira sobre racialidades. Demonstramo,s que a abordagem das racialidades é recente, tendo um crescimento voltado após os anos 2000, sendo mais significativo após 2010, envolvendo vários fatores, como o aumento no número de Programas de Pós-Graduação e, de políticas afirmativas implantadas após esse período. Levando em consideração a produção total de artigos, as publicações sobre racialidades é pequena, representando somente 1,8% de artigos, ocupando os estratos de qualificação *qualis*-Capes mais intermediários, tendo mais publicações no estrato B2, que representa 26%.

Foi possível constatar, com a análise topológica, que o conceito de território é o conceito que estrutura o campo das racialidades, além de ser a principal palavra-chave presente nos artigos. Em relação às temáticas, às comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais figuram, como os principais recortes estudados, ligados principalmente pela questão do território e pelos conflitos.

Enfim, estudar a dinâmica epistemológica da Geografia é entender, como ela vem se estruturando em relação a privilegiar temas e produzir ausências e silêncios no campo científico, demonstrando as relações de poder que estruturam a Ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

BLONDEL, V. D. *et al.* Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of statistical mechanics: theory and experiment**, v. 2008, n. 10, p. 10008, 2008.

CAMARGO, N. F. **Redes de financiamento eleitoral em 2014 e 2018**: efeitos da proibição de doações empresariais. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política.) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2020.

COSTA, C. L. (org.) **Gênero e diversidade na escola, espaço e diferença:** abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia/GO: Gráfica UFG, 2018.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador/BA: EDUFBA, 2008.

FRUCHTERMAN, T. M.; REINGOLD, E. M. Graph Drawing by. Force-directed Placement. **Software–Practice and Experience**, vol.21, nov.1991.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2005.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2005. p. 8-23.

MALACHIAS, A. C. **Geografia e relações raciais**: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco. Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2006.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo/SP: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. *In:* SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Descente:** Um Discurso sobre as Ciências revisitado. São Paulo/SP: Cortez, 2004.

MOORE, C. **Racismo e sociedade:** novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte/MG: Mazza edições, 2007.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1996.

NASCIMENTO, E. L. **Pan-africanismo na América do Sul**: emergência de uma rebelião negra. Petrópolis/RJ: Ipeafro / Vozes, 1981.

OLIVEIRA, D. de A. Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. *In:* COSTA, C. L. (org.) **Gênero e diversidade na escola, espaço e diferença:** abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia/GO: Gráfica UFG, 2018. p. 9-31.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Descente:** Um Discurso sobre as Ciências revisitado. São Paulo/SP: Cortez, 2004.

SANTOS, R. E dos. Ensino de Geografia e Currículo: Questões a Partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, *[S. l.]*, v. 1, n. 34, p.141-160, 2015.

SILVA, E. A.; SILVA, J. M. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa/PR, v. 7, n. 1, p. 132 – 154, jan. / jul. 2016. DOI: 10.5212/Rlagg.v.7.i1.0009.

SILVA, J. M. **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa/PR: Toda Palavra, 2009.

SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, J. M. **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa/PR: Toda Palavra, 2009a. p.55-92.

SILVA, J. M. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. *In:* SILVA, J. M. **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa/PR: Toda Palavra, 2009b. p.25-54.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.). **Diálogos Iberolatino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa:/PR Toda palavra, 2017.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. *In:* SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.). **Diálogos Iberolatino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa:/PR Toda palavra, 2017. p. 11-30.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CESAR, T. R. de O.; CHIMIN JUNIOR, A. B. Corpos e marcadores de desigualdades na análise geográfica: gênero, sexualidade e racialidade. *In:* COSTA, C. L. (org.) **Gênero e diversidade na escola, espaço e diferença:** abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia/GO: Gráfica UFG, 2018. p.68-82.

SOUSA, P. P. A. Raça, etnia e negritude: aportes teórico-conceituais para debates etnogeográficos – /10.5216/ag.v4i3.16639.

SOBRE OS AUTORES

ADIR FELLIPE SILVA SANTOS – Doutorando de Geografia, no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Possui Mestrado em Gestão do Território pela mesma instituição e licenciatura em Geografia, também pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG) e do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora (NEGRA/UERJ). Com produção sobre os temas: Epistemologia da Geografia, Geografia das Racialidades, Comunidades Quilombolas e educação étnico-racial.

E-mail: adirfellipe@gmail.com

JOSELI MARIA SILVA – Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1988), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e Pós-doutorado em Geografia e Gênero na Universidade Complutense de Madrid (2008– Bolsista CAPES). Pós-Doutorado em Geografia e Sexualidades na University of Brighton (2015– Bolsista CAPES). Pós-doutorado em 2018 na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho em Presidente Prudente, desenvolvendo pesquisa sobre a interpretação decolonial sobre gênero e sexualidades na produção científica geográfica brasileira. É docente do Ensino Superior desde 1990. Atualmente é pesquisadora sênior da Universidade Estadual de Ponta Grossa, docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG (Mestrado e Doutorado). Editora chefe da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero desde 2010. Desde 2003 coordena o Grupo de Estudos Territoriais e com trabalhos extensionistas participa da ONG Renascer direitos humanos LGBT desde 2006. É representante do Brasil na União Geográfica Internacional – Seção Gênero desde 2011 e é membro da Comissão de Coordenação da Rede Ibero-Latinoamericana de Geografia Gênero desde 2010. Bolsista PQ-2 CNPQ. Organizou 10 obras na área de Geografias Feministas e das Sexualidades no Brasil e é uma das organizadoras do "The Routledge International handbook of Gender and Feminist Geographies" elaborado com pesquisadores da Inglaterra, Estados Unidos, Nova Zelândia e Índia.

E-mail: joseli.genero@gmail.com

DENILSON ARAÚJO DE OLIVEIRA – Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. É docente dos cursos de Graduação e Pós-graduação (Stricto Sensu e Lato Sensu) de Geografia da FFP-UERJ. Também Professor do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades – UFF. Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) (1999-2004), Mestrado (2004-2006) e Doutorado (2009-2011) todos em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Tenho experiência na área Geografia Humana e interesses de pesquisas, ensino, extensão e orientações concentrados na articulação dos seguintes temas: Espaço Urbano e Questão Étnico-Racial, Movimentos Sociais Urbanos e Novas Metodologias para o Ensino de África.

Atualmente coordena o grupo de estudo e pesquisa Negra – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora que tem as seguintes linhas de pesquisas: 1) As dimensões espaciais das culturas negras em diáspora; 2) Inscrição Espacial do Racismo e do Antirracismo no Espaço Urbano; 3) Novas Metodologias sobre o Ensino de Geografia da África; 4) Pilares do Pensamento Descolonial e das Epistemologias do Sul Buscamos ainda, estabelecer um trabalho interativo com movimentos sociais, consultorias, grupos de estudos e pesquisas da universidade e fora dela, através de projetos de pesquisas, trocas de experiência, visitas, minicursos, palestras e diálogos que possibilitem o aprofundamento de ações políticas e de pesquisas.

E-mail: araujo.denilson@gmail.com